



LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

Requerimentos

A sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Itupeva, realizada às terças-feiras, foi transferida para ontem, por conta do feriado municipal de aniversário da cidade, no dia 21. Na pauta, nove requerimentos feitos pelos parlamentares itupevenses. O assunto com maior número de pedidos de esclarecimentos foi o asfalto, existe e clarificado, ou iniciado e não terminado.

Doação de salário 1

A promessa do vereador Wagner Ligabó (PPS) sobre doar o salário está sendo colocada em prática. Cerca de R\$ 3 mil foram revertidos na compra de dez cadeiras de rodas para banho. Os equipamentos serão doados para a Cidade Vicentina Frederico Ozanam, amanhã, às 10h. Ele também bancou recentemente uma viagem para assistidos da Associação Terapêutica de Estimulação Auditiva e Linguagem (Ateal).

Doação de salário 2

Segundo dados da assessoria do parlamentar, o salário de um vereador é de R\$ 9.403,59, sendo que líquido, resulta em R\$ 7.245,84. A doação dos vencimentos como vereador faz parte dos compromissos de campanha de Ligabó e começaram a ser feitas após parecer emitido pelo Juiz Eleitoral Jefferson Barbin Torelli e pelo Promotor Eleitoral Claudemir Battalini, autorizando a doação.

Doação de salário 3

Ligabó, em parceria com o Senac, monta um curso de gestão para pessoas que trabalham em entidades assistenciais e tem a intenção de bancar bolsas de estudos. A ação tem deixado os demais vereadores insatisfeitos, já que nem todos possuem outra fonte de renda como o cardiologista, que é médico do Hospital São Vicente de Paulo e ainda sócio em empresa responsável pelo setor de cardiologia do hospital.

Temer e Lula

Em entrevista veiculada em um canal pago de notícias no Brasil, na noite de anteontem, o presidente Michel Temer (PMDB) foi indagado pelo entrevistador sobre o teor das conversas que teve com Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante o velório de Marisa Leticia. A resposta não incluiu política, mas Temer não descartou a possibilidade de procurar o ex-presidente para conversar sobre a situação do Brasil. Vai entender.

Posse

O ministro da Justiça Alexandre de Moraes, 48 anos, assumiu ontem a cadeira de Teoní Zavascki no Supremo Tribunal Federal (STF). O antigo relator da Lava Jato morreu em um acidente aéreo há dois meses no litoral do Rio de Janeiro. A solenidade de posse, que durou menos de 15 minutos, reuniu no STF as mais altas autoridades do país, entre as quais o presidente Michel Temer e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

► SUBSÍDIO DE 2016

Primeiro pagamento, no valor de R\$ 1.333 mi, foi divulgado na imprensa oficial do município, na semana passada

Transporte público recebe primeira parcela de dívida

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

A dívida de R\$ 6.393.981,99, referente aos não pagamento do subsídio dos meses de setembro (parcial), outubro, novembro e dezembro do transporte público de Jundiá começou a ser paga na semana passada. A primeira parcela, no valor de R\$ 1.333 milhão foi remanejada no orçamento e publicada na Imprensa Oficial de Jundiá. Para este ano, segundo o gestor da Unidade de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, já existe dívida, tendo em vista o custo de cerca de R\$ 24 milhões, contra os R\$ 3 milhões previstos em orçamento.

Segundo dados divulgados pela Unidade de Governo e Finanças, os valores dos subsídios empenhados pela prefeitura às concessionárias do transporte público foram: R\$ 4.115.930,00 no segundo semestre de 2013; R\$ 11.395.000,00 em 2014; R\$ 9.275.195,46 em 2015 e R\$ 18.114.263,02 no ano passado. Para este ano, havia empenho orçamentário de somente R\$ 3 milhões.

“Em 2016, foram pagos R\$ 16.249.643,34, de um va-



NEGOCIAÇÃO A partir do próximo mês será iniciada tramitação do dissídio dos trabalhadores; reajuste impactará no valor do subsídio

lor total de R\$ 22.643.625,33. A dívida (valores sem previsão orçamentária em 2016) deixada pela administração anterior totaliza R\$ 6.393.981,99, referente aos meses de setembro (parcial), outubro, novembro e dezembro”, comenta o gestor José Antonio Parimoschi. Segundo o programa

de parcelamento de débitos de exercícios anteriores, editado nesta administração, a dívida será parcelada em 18 meses.

As empresas de transporte aderiram ao parcelamento. A primeira parcela foi apresentada na semana passada, no valor de R\$ 1.333 milhão. Segundo o gestor,

“o valor suplementado servirá para suportar a despesa referente ao parcelamento no período de 2017. Os valores remanescentes serão lançados na proposta orçamentária de 2018.”

Com relação a 2017, Parimoschi explica que o valor deixado pela administração anterior no orçamento des-

te ano é de apenas R\$ 3 milhões, mesmo sabendo que o valor médio pago em 2016 indicava uma necessidade maior.

“As estimativas iniciais indicam que a despesa total de 2017 (sem a dívida deixada) para suportar o pagamento do subsídio, sem aumento da tarifa, pode superar a casa dos R\$ 24 milhões”, comenta. Com relação à tarifa, a Unidade de Mobilidade e Transportes (UGMT) está realizando estudos para avaliar o impacto da dívida deixada pela administração anterior e também está dialogando com as empresas concessionárias sobre as melhorias das condições do serviço.

O aumento do valor necessário para manter o subsídio, segundo Parimoschi, depende da negociação com os trabalhadores da categoria - que iniciam as tratativas salariais no próximo mês. “As negociações trabalhistas são realizadas pelas empresas concessionárias com o sindicato do setor, e as informações são compartilhadas com a UGMT, pois elas impactam na decisão do preço da tarifa”, comenta o gestor, sem mencionar possibilidade de reajuste tarifário.

► CÂMARA FEDERAL

Definidas as comissões permanentes

Cinquenta dias depois do início do ano legislativo, os líderes da Câmara dos Deputados entraram em acordo e definiram ontem (22) os partidos que comandarão os trabalhos das 25 comissões permanentes da Casa. As comissões são responsáveis pela análise, discussão e votação de projetos antes de serem apreciados pelo plenário.

O PMDB, que detém a maior bancada da Câmara, comandará a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça); a Co-

missão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento e a Comissão de Viação e Transportes.

O PT, com a segunda maior bancada, presidirá a Comissão de Desenvolvimento Urbano, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O PSDB também comandará três comissões: Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Educação, além da de Defesa dos Direitos da Mulher. Ou-

tros 11 partidos ocuparão 16 comissões, de acordo com a ordem de escolha definida pela proporcionalidade das bancadas na Câmara.

“Finalmente, a alma da Câmara dos Deputados, que estava sem funcionamento, levando uma série de prejuízos, a estagnação na discussão dos projetos, e acima de tudo, a integração com a sociedade que visita as comissões, vem defender seus interesses nas diversas áreas que perfazem o Congresso. Então, hoje demos

um passo para o funcionamento real da Casa”, avaliou a deputada Alice Portugal (BA), líder do PCdoB, partido que ficou com o comando da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

Os partidos devem indicar os membros que vão compor cada comissão e, em comum acordo entre eles, podem até mudar as comissões. A eleição dos presidentes e a instalação das comissões estão marcadas para ocorrer hoje (23). (AB)

► CONTRA-ATAQUE

Janot nega vazamentos na PGR e diz que acusação beira a irresponsabilidade

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reagiu ontem (22) às recentes declarações de que integrantes do Ministério Público Federal (MPF) teriam realizado uma “entrevista coletiva” informal com jornalistas para vazarem informações sigilosas da Operação Lava Jato. Sem especificar o autor, ele classificou manifestação recente sobre o assunto de “disenteria verbal”.

Anteontem (22), o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), fez um duro discurso com críticas à Procuradoria-Geral da República (PGR), durante a abertura de uma sessão da Segunda Turma da Corte, colegiado responsável por julgar as questões relativas à Lava Jato.

O ministro acusou a PGR de ter vazado para a imprensa parte dos nomes de pessoas

citadas nos depoimentos de delação premiada de ex-executivos da empreiteira Odebrecht, que se encontram sob sigilo de Justiça. Ele fez alusão a uma possível anulação de provas em decorrência dos vazamentos.

Gimar Mendes fez referência a um artigo publicado no domingo no jornal Folha de S.Paulo. Segundo o texto, a procuradoria divulgou extracoficialmente, em uma reunião com jornalistas, parte dos nomes de políticos que são alvo dos 83 pedidos de inquérito sigilosos enviados por Janot ao STF na semana passada.

“É uma mentira, que beira a irresponsabilidade, afirmar que realizamos, na Procuradoria-Geral da República, coletiva de imprensa para ‘vazar’ nomes da Odebrecht”, afirmou Janot nesta quarta-feira.

“Só posso atribuir tal ideia a mentes ociosas e dadas a devaneios, mas, infelizmente, com meios para distorcer fatos e desvirtuar instrumentos legítimos de comunicação institucional.”

Janot fez o pronunciamento no encerramento de uma reunião de avaliação das eleições de 2016, realizada na Escola Superior do Ministério Público da União, em Brasília, na manhã de ontem. Para uma plateia composta por procuradores e jornalistas, Janot disse que “em projeção mental, alguns tentam nivelar todos à sua decrepitude moral”.

“Para isso acusam-nos de condutas que lhes são próprias, socorrendo-se não raras vezes da aparente intangibilidade proporcionada pela posição que ocupam no Estado”,

acrescentou, numa referência a pessoas que gozam de proteção jurídica especial, como é o caso de ministros do STF.

“Procuramos nos distanciar dos banquetes palacianos. Fugimos dos círculos de comensais que cortejam desatadamente o poder político. E repudiamos a relação promíscua com a imprensa”, disse Janot aos procuradores.

Logo no início de seu pronunciamento, Janot disse que leria seu discurso para evitar “arroubos verbais”, mas, em uma parte em que resolveu falar de improviso, disse: “Apesar da imputação expressa ao Supremo Tribunal Federal, não ouvi uma só palavra, de quem teve uma disenteria verbal ao se pronunciar, sobre essa imputação ao Palácio do Planalto, Congresso e STF”. (AB)

► ABERTURA

CPI da Previdência no Senado

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência foi criada com assinaturas válidas de 61 parlamentares, informou a Secretaria-Geral da Mesa Diretora do Senado. O requerimento para criação da CPI foi protocolado anteontem (21) à tarde pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e lido à noite no plenário da Casa.

O Senado tem 81 parlamentares e para instalar uma CPI é necessário o mínimo de 27 assinaturas. O requerimento foi lido em plenário com 58 assinaturas e teve mais adesões até a meia-noite de ontem, prazo final para inclusão e retirada de nomes.

Lido no plenário pelo vice-presidente da Casa, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o requerimento diz que a comissão vai “investigar a contabilidade da Previdência Social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos, sejam anistias, desonerações, desvinculações, sonegação ou qualquer outro meio que propicie a retirada de fontes da Previdência, focando não somente nos valores, mas também nos beneficiários desses desvios”. (FP)